



AS TRANSFORMAÇÕES DE UMA CAPITANIA EM UM SÉCULO: O RIO GRANDE (DO NORTE) ENTRE 1697 E 1807

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

TEIXEIRA, Rubenilson

Professor Doutor, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Rubenilson.teixeira@ufrn.br

RESUMO

Tendo como base dois relatórios sobre a capitania do Rio Grande (do Norte), escritos pelos capitães-mores Bernardo Vieira de Melo e José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, que a governaram respectivamente em fins do século XVII e no início do século XIX, propomos, neste trabalho, um “diálogo” entre os dois relatórios, escritos em 1697 e 1807, com o objetivo de identificar as transformações que ocorreram na capitania entretanto. Analisamos quatro itens: a situação econômica, a situação político-administrativa, a questão indígena e a ocupação territorial, com ênfase particular neste último, no intuito de apreender o processo de formação territorial e de surgimento dos núcleos urbanos, que toma impulso nesse período, correspondente essencialmente ao século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE: transformações; território; capitania; Rio Grande; século XVIII

ABSTRACT

Based upon two reports about the captaincy of Rio Grande (do Norte), written by the captains-majors Bernardo Vieira de Melo and José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, who ruled it respectively at the end of the 17th century and of the early 19th century, we propose, in this paper, a "dialogue" between the two reports, written in 1697 and 1807, aiming to identify the transformations that occurred in the captaincy within this interval. We analyzed four items: The economic situation, the political and administrative situation, the indigenous issue and the territorial occupation, focusing particularly on the latter, to apprehend the process of territorial formation and emergence of urban nuclei, which takes momentum in that period, which corresponds essentially to the 18th century.

KEY-WORDS: *transformation; territory; captaincy; Rio Grande, 18th century.*

RESUMEN

A partir de dos informes sobre la capitanía de Río Grande (do Norte), redactados por los capitanes mayores Bernardo Vieira de Melo y José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, que la gobernaron respectivamente a finales del siglo XVII y principios del siglo XIX, proponemos, en este trabajo, un "diálogo" entre los dos informes, escritos en 1697 y 1807, con el objetivo de identificar las transformaciones ocurridas en la capitanía en el ínterin. Se analizaron cuatro ítems: la situación económica, la situación político-administrativa, la cuestión indígena y la ocupación territorial, con especial énfasis en esta última, con el fin de aprehender el proceso de formación territorial y el surgimiento de los centros urbanos, que cobraron impulso en este período, correspondiente esencialmente al siglo XVIII.

PALABRAS CLAVE: *transformaciones; territorio; capitanía; Rio Grande; siglo XVIII.*

INTRODUÇÃO

Lisboa, 23 de dezembro de 1697. O Conselho Ultramarino consulta o Rei de Portugal, D. Pedro II, sobre um relatório que escreveu o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, pouco antes ou no dia 25 de abril do mesmo ano, a respeito de vários assuntos atinentes à capitania do Rio Grande, à época sob sua administração. Endereçado ao Rei D. Pedro II, ele se apresenta em 20 itens numerados - chamados de “capítulos” – aqui denominados de Artigos - os quais discorrem sobre questões as mais diversas¹.

Pouco mais de um século depois, coincidentemente em abril (dia 15) de 1807, o também capitão-mor da capitania, já então denominada do Rio Grande “do Norte”, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque escreveu um ofício sobre a capitania ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo. O ofício é acompanhado de um “mapa”², que formam uma rica fonte de informações sobre o Rio Grande do Norte – aqui denominado de RN - nos anos finais do período colonial.

São dois registros raros, escritos por um olhar privilegiado, o do capitão-mor, a maior autoridade político-administrativa e militar da capitania, que podem nos oferecer pistas muito interessantes sobre como era a capitania do Rio Grande (do Norte) — em 1697 e em 1807, e entrever o processo de transformação pelo qual a capitania passou entre as duas datas, correspondente essencialmente ao século XVIII. Bernardo Vieira de Melo, doravante denominado Bernardo Vieira, governou a capitania em dois mandatos seguidos, entre 29 de junho de 1695 e 14 de agosto de 1701; José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, de agora em diante chamado de José Francisco, por sua vez, a governou entre 23 de março de 1806 e início de março ou fins de abril de 1811.

As preocupações dos dois governantes eram, naturalmente, em grande parte distintas, como o eram os momentos correspondentes. Contudo, é possível estabelecer um “diálogo” entre eles, mediante o qual podemos perceber o processo de transformação da capitania nesse período, em particular quanto ao processo de ocupação do território e à formação e

¹ (AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 45). Sobre esse código, ver explicação nas Referências.

² O relatório e seu mapa estão em (AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629).

desenvolvimento dos núcleos urbanos, questão central para este trabalho. A comparação dos dois relatórios demonstrará que o século XVIII é particularmente relevante para o processo de ocupação e formação dos primeiros núcleos urbanos da capitania, diferentemente dos dois séculos anteriores, marcados pelas lutas de conquista (Teixeira, 2009).

Propomos quatro itens para a análise: a situação econômica, a situação político-administrativa, a questão indígena e a ocupação territorial. Adotamos uma abordagem retrospectiva, isto é, partimos da situação da capitania em 1807 para em seguida destacarmos se e em que houve alguma transformação em relação a 1697, com exceção da ocupação territorial, para a qual seguimos a ordem cronológica normal, do mais para o menos antigo. Devido às imposições de delimitação para este trabalho, não transcrevemos os dois relatórios originais nem mesmo parcialmente, assim como, outros documentos, a não ser em algumas raras ocasiões.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA

O capitão-mor José Francisco lista, primeiramente, e por localidade, as principais produções existentes na capitania, em sua maioria dotados de algum potencial comercial. No intuito de simplificação, resumimos essas informações do Quadro 1.

Pelo Quadro, percebe-se que a criação de gado e a agricultura, principalmente de subsistência, se desenvolvem em todo o território, com destaque, no interior, para a criação de gado. José Francisco menciona diversos tipos de plantio, sem especificá-los. A rapadura e aguardentes, produtos diretos da cana-de-açúcar se encontram, como era de se esperar, nas localidades do litoral oriental (Natal, São José de Mipibu, Extremoz, Arez e Vila Flor), assim como a maior parte da produção algodoeira. A pesca, outra fonte de exploração, se concentra em sua maior parte nas mesmas localidades do litoral oriental. Há ainda a mamona e o sal. O capitão-mor acrescenta que

[...] por muito tempo foram as terras desta capitania consideradas próprias para criar gado, e muito pouco que se resolveram seus habitantes a cultivá-la, por cuja causa tendo um exaltante porto do mar, qual o desta cidade se tem conservado tão pobre a capitania.

Na sua percepção, a pouca dedicação dos habitantes à agricultura, ao contrário da pecuária, explicava a pobreza da capitania. De fato, a criação de gado caracterizou o processo de ocupação e a economia da capitania, algo de que se tem notícia desde a ocupação holandesa (1633-1654) ou mesmo antes³. A agricultura, presente desde o início da colonização, foi principalmente de subsistência, não tendo sido comum, ao que parece, como investimento comercial, certamente devido a diversas dificuldades.

Pelo relato de José Francisco, percebe-se certa diversificação da produção no início do século XIX. Mesmo que precária, ela parece ter evoluído ao longo do século anterior. O capitão-mor Bernardo Vieira também atesta as dificuldades econômicas da capitania, sobretudo em razão da Guerra dos Bárbaros⁴, então em curso. Também destacando a criação de gado como uma grande fonte de recursos, ele atribui, porém, às chuvas intensas a falta de mantimentos e outros problemas decorrentes “nesse ano (1697) e no ano passado”. Como o seu colega cerca de um século depois, ele vê a necessidade de se desenvolver a agricultura, em particular a cana-de-açúcar, de alto valor comercial, como uma solução para os problemas econômicos da capitania. Contudo, na sua opinião, a pobreza de alguns e acomodação de outros impedem que se façam engenhos e se produza maior quantidade de cana, e sugere ao Rei que obrigue os colonos a produzirem-na. Essa crítica aos colonos é muito semelhante à de seu sucessor de um século depois. Porém, ao contrário da situação da capitania em 1807, em 1697 Bernardo Vieira não aponta outros itens de produção para além do gado e da agricultura de subsistência, limitando-se a citar o potencial da produção da cana-de-açúcar para melhoria econômica da capitania, mesmo sem vê-la, aparentemente, como uma realidade concreta.

³ Ver a esse respeito, a análise do traslado da repartição de terras do Rio Grande – documento datado de 1614, em (Teixeira, 2014).

⁴ Os primeiros levantes indígenas contra a ocupação de suas terras pelos colonos foram iniciados em 1683, mas se intensificam a partir de 1687. Foi uma guerra de extermínio indígena, no sertão do Rio Grande e de outras capitanias, hoje estados do Nordeste brasileiro. O último registro conhecido desse levante no Rio Grande aconteceu em 1720 (Teixeira, 2009, p. 377-378).

Quadro 1. Principais produções da Capitania do RN – 1807

LOCALIDADE ⁵	PRODUÇÕES OU POTENCIAL PARA				
	GADO	AGRICULTURA	ENGENHOS / ENGENHOCAS	PESCA	OBS.
CIDADE DO NATAL	1 165 bezerros e 100 potros	Necessidade de aumentar a agricultura de todos os gêneros.	7 engenhos de açúcar; 4 engenhocas de rapaduras e aguardentes	A abundância de peixes ao longo da costa. Grande comércio, mas falta mão de obra. Fábrica de azeite e de peixe: comércio recente e em grande aumento.	Os rendimentos reais excedem anualmente de [16:000\$000 reis] e a despesa pois excede de [10:000\$000]. Há diversas freguesias e povoações no seu termo.
VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	20 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1250 bezerros e 205 potros.	Cultivo. Terras boas para todo tipo de plantação. Fonte de comércio	4 engenhos de fazer açúcar e 22 engenhocas de fazer rapaduras e aguardentes	Lagoa de Papari; abundantíssima de peixes e mariscos	Tem uma freguesia e a povoação de Papari no seu termo.
VILA DE EXTREMOZ	32 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1958 bezerros e 107 potros.	A cultura do algodão e de todos os mais gêneros começar a surgir no seu termo; a maior parte das terras é muito boa.	1 engenho de açúcar; 6 engenhos de rapaduras e aguardentes	Perto da lagoa de Guajiru, abundante em peixe e mariscos	As terras “estavam em desprezo”. Tem uma povoação, “Porto de Touros”
VILA DE AREZ	3 fazendas de gado. Em 1805, produziram 860 bezerros e 75 potros.	Bastante agricultura, tanto de algodão como de gêneros de primeiras necessidades.	1 engenho e 1 engenhoca de açúcar; 2 engenhocas de rapaduras e aguardentes	Junto à famosa lagoa Guaraíra também servida abundantemente de peixe e mariscos	3 freguesias no seu termo, uma das quais se chama Senhora dos Prazeres (na povoação de Goianinha)
VILA FLOR	6 fazendas de gado. Em 1805, produziram 1120 bezerros e 3 potros.	Plantações de algodão e mamona e de gêneros de primeira necessidade	2 engenhos e 1 engenhoca de açúcar; 7 engenhocas de rapaduras		Seu termo é de terraço, e muito fértil. Seus habitantes aproveitam quanto podem da fertilidade do terreno,
VILA DA PRINCESA	73 fazendas de gado. Em 1805, produziram 8 594 bezerros, 840 potros e 1793 cabras, e 1606 ovelhas.	Muitas poucas plantações pela impropriedade do terreno. Aumenta a população nas serras, graça a algumas plantações.		Na povoação de Guimarães, grande comércio que faz de peixes e cascas (sic) de Tabatinga	Há famosas salinas, que podem fornecer de sal todo o continente da América; cita as povoações de Guimarães, da ilha de Manoel Gonçalo, Santa Maria do pé da serra e o Campo Grande, as quais “não terão aumento e dá os motivos.

⁵ Território ou “termo” sob a jurisdição da cidade ou vila, isto é, do município, que nesse momento envolve grandes extensões de área rural, equivalentes a vários municípios atuais. Algumas localidades abarcam mais de uma freguesia, nome antigo das atuais paróquias.

VILA DE PORTALEGRE	Abunda em gado, com 70 fazendas. Em 1805 produziram 15 143 bezerros 1 050 potros além da grande quantidade de ovelhas e cabras	Todos os gêneros de primeira necessidade podendo se fazer algum comércio de algodões. Grande comércio de todos os gêneros produzidos de sua agricultura, tanto para a capitania de Pernambuco como para a do Ceará.		O termo como um todo, incluindo as três freguesias, produz muito sal e peixe.	Tem ali divinas águas. O termo da vila abrange as freguesias (e povoações homônimas) de Martins, Pau dos Ferros e Apodi. Cita também a povoação de Santa Luzia, que está situada, no entanto, no termo da vila da Princesa.
VILA DO PRÍNCIPE	Abunda muito em gados. 108 fazendas de gado. Em 1805, produziram 10 972 bezerros e 946 potros	Há também alguma agricultura nas serras, pela impropriedade do mais terreno.			Tem duas freguesias, uma das quais é a da Serra do Coité.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do ofício do capitão-mor José Francisco, 15 de abril de 1807

Com efeito, surgem novas alternativas de produção econômica ao longo do século XVIII, como constata o relato de outro capitão-mor, Caetano da Silva Sanches. Num ofício datado de 01 de março de 1799, ele afirma que somente ao longo dos 20 anos anteriores a capitania começara a produzir principalmente açúcar - antes importado de Pernambuco - e que haviam surgido algumas engenhocas para sua fabricação, mas, também, o algodão. O capitão-mor menciona as dificuldades causadas pelas secas sucessivas de 1791-1793, discorre sobre os portos da capitania e sua importância para o comércio e menciona a chegada neles de produtos como sal, peixes, algodão, couro e solas⁶. Enfim, a diversificação da produção econômica, confirmada por José Francisco em 1807, é fato ao longo do século XVIII. Fatores externos a explicam em parte, como é o caso do algodão, que passou a ser demandado em razão da Revolução Industrial que dava os seus primeiros passos na segunda metade do referido século na Europa.

⁶ (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 503).

A SITUAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Para José Francisco, é grave a situação político-administrativa da capitania. Após comentar sobre os cargos públicos existentes na cidade do Natal, capital da capitania, o capitão-mor levanta primeiramente incongruências ou conflitos quanto à jurisdição territorial das freguesias e vilas, citando exemplos envolvendo a povoação de Papari, hoje Nísia Floresta, as freguesias de São José de Mipibu e de Santa Luzia, atual Mossoró, esta última sujeita ao termo da Vila da Princesa (atual Assu). De fato, essas questões são antigas e remontam ao início do processo de ocupação do RN (Teixeira, 2017). Ele destaca, sobretudo, a falta de gente competente na administração pública. Os juízes são leigos e a carência de um ministro letrado local contribui para a impunidade dos crimes. O RN, subordinado à comarca da Paraíba, dependia do magistrado desta última capitania, que tinha que fazer grandes deslocamentos entre o RN, Paraíba e Pernambuco e dessa forma não dava conta de um território tão vasto.

Ademais, José Francisco chega a ser irônico ao dizer que só sendo de bronze esses magistrados poderiam suportar fazer o “giro de mais de quatrocentas léguas de maus caminhos todos os anos”, e chama atenção para um fato tristemente curioso, o de que alguns deles “com falta de humanidade” faziam “suas correições andando às costas dos índios”, que, assim, serviam como animais de carga para o seu transporte. Era mais uma forma de exploração indígena. Os corregedores “só (se) interessam que as câmaras tenham dinheiro para lhes pagar aposentadorias e mais emolumentos de pelouro”, descuidando-se do “adiantamento das obras públicas”.

A dificuldade com a carência de pessoal competente fica demonstrado em outros documentos escritos pelo mesmo capitão-mor. Advertido por autoridade superior para não promover obras públicas sem inspeção das câmaras municipais, ele faz dura crítica a estas, pois, diz ele,

[...] que até para limpeza das ruas, e fontes conserto de pontes, de redagar pântanos e abrir estradas, me é necessário fazer de almotacel, pois do contrário passarei pelo desgosto de ver tudo em desordem, porque nada se faz por determinação das sobreditas Câmaras. Deus guarde a V. Excia. Cidade do Natal, primeiro de maio de 1807⁷.

⁷ (AHU ACL CU 018, Cx. 10, D. 631).

A organização municipal na capitania ainda era recente. Com exceção do município de Natal, as sete primeiras vilas – ou os sete municípios seguintes do RN - só foram criadas a partir da década de 1760 (Quadro 1). Cinco delas eram antigas “vilas de índios”, ou seja, seus “vereadores” não tinham, especialmente no caso dos indígenas, a menor tradição cultural ou conhecimento da natureza desse cargo. A isso se acrescenta o baixíssimo grau de educação formal da população e a pobreza da capitania.

Cerca de um século antes, Bernardo Vieira apontava deficiências semelhantes na administração, a começar pela falta de recursos financeiros para o pagamento dos funcionários. Ele dedica particularmente os Artigos 13 e 16, entre outros, a diversos problemas administrativos da capitania, que vão desde a falta ou desinteresse de juízes letrados para trabalhar na capitania à carência de pessoal militar ou de milícia para combater criminosos. Em todas as capitanias há oficiais pagos para a infantaria, mas o alferes da fortaleza, “João Ferreira é tão velho e inútil que não poderá por incapaz servir a Vossa Majestade”. Ele solicita que um ajudante venha cumprir essa função. Nos mesmos Artigos é possível ainda verificar a escassez de pessoas competentes ou com formação para ocupar diversos cargos da “República”, seja no âmbito judiciário (juízes), financeiro (provedor da fazenda), legislativo (juízes ordinários, membros do senado da câmara, que também tinham função judicial), executivo e militar (oficial de milícia e outros). Bernardo Vieira propõe a arrecadação de recursos necessários para o pagamento ou aumento de salários de alguns funcionários. Portanto, que no que se refere às dificuldades relacionadas a questões político-administrativas, nada, ou quase nada, de fato mudou em pouco mais de um século.

Durante a gestão de Bernardo Vieira, a capitania do Rio Grande estava subordinada ao governo geral da Bahia, algo contra o quê, aliás, ele se opõe sistematicamente em seu relatório, defendendo a sua subordinação a Pernambuco, o que veio a ocorrer no mesmo ano em que ele terminou a sua gestão, 1701, e certamente foi fruto de sua reivindicação. Durante a administração do capitão-mor José Francisco, o RN continuava subordinado a Pernambuco. Este capitão-mor não faz, contudo, qualquer observação ou crítica sobre isso, ainda que outros documentos escritos ao longo do século XVIII por outras autoridades – oficiais dos senados da câmara e capitães-mores – reivindiquem cada vez mais a independência da capitania de

Pernambuco, que eles viam como um empecilho ao desenvolvimento do RN⁸. Este se verá administrativa e politicamente livre de Pernambuco somente em 1817.

A QUESTÃO INDÍGENA

O Quadro 2 abaixo resume dados estatísticos sobre a população do RN em 1807, seguidos de observações sobre as etnias existentes. O Quadro 3, seguinte, é ainda mais completo sobre a população e sobre as etnias que compunham a capitania do RN em 1805. Ambos foram concebidos a partir de dados fornecidos pelo capitão-mor José Francisco.

Quadro 2. População e etnia por localidade na Capitania do RN – 1807

LOCALIDADE ⁹)	POPULAÇÃO TOTAL	ETNIAS
CIDADE DO NATAL	6 290	Não há referência às etnias existentes no seu termo.
VILA DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU	5 180	Menos de um quarto da população do termo é composto por índios. É habitada de índios de língua geral, e alguns de língua travada da nação Pegas.
VILA DE EXTREMOZ	6 286	A maior parte da população é composta por brancos. É habitada de índios de língua geral, e mais de poucos de língua travada da nação Paiacu.
VILA DE AREZ		É habitada por índios de língua geral.
VILA FLOR	2 483	A maior parte da população no termo é composta por brancos, pardos e pretos. Vila Flor também é habitada por índios de língua geral.
VILA DA PRINCESA	5 775	É habitada por brancos.
VILA DE PORTALEGRE	12 592	É habitada por índios de língua travada da nação Paiaçú.
VILA DO PRÍNCIPE	5 698	É habitada por brancos.
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do ofício do capitão-mor José Francisco, 15 de abril de 1807		

⁸ Um exemplo dessas reivindicações, entre outros que poderiam ser citados, se encontra em (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 504).

⁹ Cidade, vila e/ou freguesia, incluindo o seu “termo”, isto é, a jurisdição territorial, que nesse momento vai muito além da área urbana propriamente dita, mas envolve a área rural. Natal é a única localidade com o título de cidade.

Quadro 3 – População do RN em 1805.

Cidade do Natal			Vila São José				Vila de Extremoz				Vila de Arez				Freguesia da Serra do Coité			Freguesia de Goianinha		
B*	N	M	B	N	M	I	B	N	M	I	B	N	M	I	B	N	M	B	N	M
2 498	1 250	2 943	1 275	1 708	1 743	913	868	876	2 656	1 886	392	127	454	755	394	130	621	917	391	1 693
6 691			5 639				6 286				1 728				1 145			3 001		
Vila do Príncipe			Vila Flor				Vila de Portalegre				Freguesia da Várzea do Apodi				Freguesia de Pau dos Ferros			Vila da Princesa		
B	N	M	B	N	M	I	B	N	M	I	B	N	M	I	B	N	M	B	N	M
1897	871	1 549	852	404	849	378	262	100	255	400	4299	1 173	2 841	?	1 908	496	808	1 640	1 221	3 176
4 317			2 483				1 017				8 313				3 212			6 037		

Fonte: Elaboração própria a partir do Mapa da população da capitania do RN, com declaração de seus empregos, militares e civis, e capitães-mores e ordenanças das respectivas vilas e freguesias [...] até 31 de dezembro de 1805.

No Quadro 3, as iniciais “B”, “N”, “M” e “I” que aparecem no topo das colunas significam respectivamente brancos, negros, mulatos ou mestiços e indígenas. A soma dos totais fornece uma população global de brancos, negros, mestiços e indígenas de 49 869 pessoas em 1805, ainda que a população total fornecida pela mesma fonte seja de 49 250 habitantes, diferença estatística natural considerando a dificuldade da coleta de dados e a imprecisão de alguns deles, como constatou o próprio capitão-mor José Francisco, igualmente responsável pelo recenseamento do Quadro 3. Por isso, ele acrescentou os dados fornecidos pelas freguesias¹⁰. No seu relatório de abril de 1807 ele confirma essa mesma imprecisão, ao afirmar que a população da capitania era de 49 250 habitantes, mas, acrescenta, “em cujo número não posso por ora afiançar exatidão”. 708 nativos livres, isto é, indígenas vivendo ainda no sertão, aparentemente sem contato com outras etnias, não foram considerados no recenseamento. Ao acrescentá-los, o total da população atinge aproximadamente 50 000 habitantes, em 1805.

Em trabalho anterior, analisamos com mais vagar esses dados, mas nos abstermos de fazê-lo aqui em razão da delimitação da publicação. Chamamos atenção apenas para a existência de populações indígenas no RN concentrando-se nas vilas que foram anteriormente aldeamentos indígenas, administrados por missionários católicos. São José de Mipibu (com 913 indígenas),

¹⁰ O Quadro 3 é, na realidade, uma simplificação e uma reorganização das fontes, bem mais detalhadas, fornecidas por (AHU_ACL_CU_018, Cx. 9, D. 623).

Extremoz (1 886), Arez (775), Vila Flor (378) e Portalegre (400). Não há dados sobre a população indígena de Apodi, que também foi aldeamento, uma vez que eles foram transferidos para Portalegre em 1761. As demais localidades são desde o início formadas por colonos brancos, com ou sem a presença de negros e pardos, certamente escravizados.

A partir dos dados analisados, percebemos que a população indígena do RN totalizava 5 040 indivíduos, 4 332 dos quais viviam nas aglomerações. Essa população representava, por sua vez, somente 9,96 % da população total do RN no início do século XIX. Em seu relatório, José Francisco faz dura críticas aos chamados “diretores dos índios”¹¹, incumbidos da administração desses nativos, pois eles os mantinham na ignorância, sem civilizá-los, no intuito de os explorar. De fato, essa crítica foi abundante contra esses diretores em todo o Brasil colonial.

Nos tempos de Bernardo Vieira, a população indígena, sobre a qual não temos dados estatísticos, deveria representar um percentual bem superior aos 9,96% da população total em 1805, tanto em termos absolutos quanto relativos, uma vez que a população de colonos brancos, negros e mestiços era também bem menor. Sua preocupação decorre, sobretudo, do conflito com os índios em torno do processo de conquista territorial do sertão potiguar - a chamada Guerra dos Bárbaros, então em curso.

Por isso, Bernardo Vieira dedica muita atenção e se destaca como um chefe hábil na lida com os indígenas, principalmente nos Artigos de número 3, e de 8 a 10 de seu relatório, entre outros. Resumidamente, ele afirma ser preciso: 1) dar “dádivas” aos indígenas do interior, nas proximidades do presídio do Assu¹², para manter a paz com eles e cristianizá-los; 2) trazer 100 casais de “índios” do Ceará, onde são abundantes, para serem catequizados por um missionário, para que sirvam de exemplo aos demais, assim como para a segurança do Assu contra o “impulso bárbaro”; eles receberão mantimentos por um ano para o plantio; 3) que o missionário não catequise os indígenas em seu idioma nativo, mas em português, algo contra

¹¹ Com a expulsão dos missionários dos aldeamentos e com a transformações destes em vilas e lugares em meados do século XVIII, a administração dos índios, antes realizadas pelos padres, passa a ser assumida pelos chamados “diretores de índios”.

¹² Estabelecimento militar construído no sertão, no intuito de combater os indígenas revoltados da região. Núcleo inicial da cidade do Assu.

o quê os missionários se opõem. Faz outras considerações sobre o trabalho missionário no Assu, citando o “Frei da Graça que assiste naquele presídio”. As medidas propostas ou empreendidas vão do uso da religião como estratégia de pacificação dos naturais à doação de presentes, da reunião deles em aldeamentos ou missões dirigidas por missionários à assinatura de acordos de paz, ao uso do português na catequização dos indígenas à importação de casais do Ceará, entre outros¹³.

Cotejando os dois relatos de 1697 e 1807, percebemos uma preocupação comum das duas autoridades máximas da capitania quanto ao trato direcionado aos nativos. Elas também criticavam a maneira como eles eram administrados pelos agentes coloniais. Contudo, saltam aos olhos as diferenças. Primeiramente, e por razões óbvias, que vão da provável maior representatividade numérica dos indígenas à guerra com eles travada, Bernardo Vieira lhes dedica muito mais atenção. Cento e dez anos depois, eles já não eram um problema maior, quando, certamente em menor número, já estavam vencidos, domesticados e em processo de miscigenação, vivendo em localidades onde coabitavam brancos, negros e mestiços. O capitão-mor José Francisco se limita a constatar a sua presença na população em geral, e com exceção da crítica aos diretores, não tem muito a dizer a respeito deles. Outra diferença reside no fato de que Bernardo Vieira propunha - e essa foi a tônica da colonização até meados do século XVIII - a separação física entre índios e colonos, pois deveriam viver sob a tutela de missionários em missões ou aldeamentos, sem contato maior com os colonos. Como em toda a colônia, esse quadro muda radicalmente com a criação das vilas a partir de 1760, de modo que, durante o governo de José Francisco, essa população indígena está em profundo processo de inserção e de miscigenação com a população em geral.

Há uma terceira diferença, de caráter ideológico. Entre os dois capitães-mores, no curso do século XVIII, se impõe uma nova mentalidade no seio das elites coloniais, de caráter esclarecido e iluminista, que cria que o indígena poderia se civilizar à maneira dos brancos. Não era assim no tempo de Bernardo Vieira, que apostava na religião como instrumento para

¹³ Além da crítica aos padres transcrita no Artigo 10, ele faz outras no Artigo 8. Os acordos de paz não são citados na passagem transcrita, mas consta do conjunto da documentação sobre a atuação do capitão-mor.

o processo colonial¹⁴. A nova mentalidade, pelo contrário, levou à convivência entre os nativos e os colonos nas vilas e lugares, que eram vistos como instrumentos para a sua civilização segundo, evidentemente, os valores dos brancos. Esse discurso, presente em muitos documentos, aparece na afirmação do capitão-mor José Francisco, quando se refere ao “atrasamento” dos índios - crítica endereçada aos missionários até meados do século anterior - mas, agora aos diretores que os substituíram. O caráter secular dessa nova mentalidade pode ser facilmente constatado, também, pelo fato de a administração dos índios ser levada a cabo pelo diretor, e não mais por um religioso, o missionário.

A OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Em 1695, todo o território da capitania do Rio Grande já havia sido doado em sesmarias¹⁵, o que de modo algum significava uma ocupação efetiva. Havia também grande confusão na distribuição das sesmarias, segundo o Artigo 12 do relatório do capitão-mor Bernardo Vieira. Ele menciona conflitos e mortes entre colonos, causados em grande parte por gente da Bahia e do Rio São Francisco, e os acusa do levantamento do “gentio” do interior, que levou à eclosão da chamada Guerra dos Bárbaros. Sugere ainda providências para regularizar essa questão. Numa sociedade rural, suas preocupações se voltam para o campo, pois as povoações eram praticamente inexistentes, ou estavam apenas começando, com exceção da cidade do Natal. Cento e dez anos depois, José Francisco não faz qualquer alusão às sesmarias, mas a localidades urbanas, sintoma de alguma transformação em curso.

Uma série de considerações baseadas no relatório do capitão-mor Bernardo Vieira e em outras fontes, que não cabem aqui, nos levaram a elaborar a Figura 1, no final deste item, identificando a localização dos primeiros núcleos de ocupação por volta de 1697. Nela, é possível perceber o quão incipiente era a ocupação não-indígena do território. Limitavam-se a duas ou talvez três localidades de brancos: a cidade do Natal, com sua fortaleza, o presídio do

¹⁴ As missões também tinham uma função civilizatória, obviamente, pois a cristianização dos índios não era compreendida de modo distinto da aceitação da cultura do colonizador. Porém, o ato de civilizar assumia um papel secundário ao de evangelizar, posições que se invertem a partir do advento das vilas, em meados do século XVIII. (Almeida 1997, p. 131).

¹⁵ Carta de 12/02/1695, do capitão-mor Agostinho César de Andrade, antecessor de Bernardo Vieira. (Mariz, 1994, p. 128).

Assu e o forte do Cuó, que pode em algum momento ter sido localizado na vizinha Paraíba, em razão dos limites pouco precisos entre as capitanias; quatro aldeamentos ou missões indígenas, três dos quais no litoral (Guajirú, Mipibu, Guaraíras) - e um no interior (Apodi), compostos, contudo, por uma população eminentemente indígena; dois engenhos (Cunhaú e, talvez, o Potengi ou Ferreiro Torto). Há evidências de que Goianinha já existia como povoação, embora não haja, de nosso conhecimento, comprovação definitiva. O aldeamento de Gramació, atual Vila Flor, surgiria somente no início do século XVIII, no litoral¹⁶. Outros aldeamentos, por demais efêmeros, não se firmaram. Quanto às fazendas, se espalhavam progressivamente pelo interior, notadamente ao longo dos vales dos rios - como o Assu-Piranhas, onde fora fundado o presídio do Assu - e próximos a lagoas. Não é possível precisar a localização delas por falta de documentação, assim como das aldeias indígenas não sujeitas à colonização, espalhadas pelo território.

Pouco mais de um século depois, os nativos não mais representavam qualquer obstáculo à ocupação do território, permitindo assim o surgimento de novos núcleos urbanos. Os dois Quadros anteriores, 1 e 2, baseados no relatório de 1807 do capitão-mor José Francisco, bem como o Quadro 3, também elaborado a partir de dados por ele coletados para 1805, são suficientes para demonstrá-lo. Assim, o Quadro 1 enumera, além da cidade do Natal, sete vilas¹⁷; doze povoações localizadas nos termos ou jurisdições das vilas e freguesias¹⁸. O capitão-mor menciona outras povoações, sem nomeá-las, com certeza localidades extremamente precárias. A descrição sucinta que ele faz de Natal, capital da capitania e a única localidade com foros de cidade, serve como parâmetro. Depois de dizer que no território do município as várias povoações e freguesias estão aumentando, e que conta com 6 290 habitantes, ele acrescenta que os víveres chegam à cidade pelo rio,

[...] pela razão de ela ser cercada distante três léguas pela parte do sul, por grandes morros de areia, que embaraçam o poder transitar cargas. *Os seus edifícios são todos*

¹⁶ Tem-se notícia de trabalho missionário em Gramació a partir de 1704.

¹⁷ São José de Mipibu, Extremoz, Arez, Vila Flor, Vila da Princesa, atual cidade de Assu, Portalegre e a Vila do Príncipe, atual cidade de Caicó.

¹⁸ Manoel Gonçalves, Santa Maria do pé da Serra, Papari, Porto de Touros, Goianinha, Guamaré, Campo Grande, Martins, Pau dos Ferros, Apodi, Santa Luzia e Coité. Com exceção, talvez, das duas primeiras, que não conseguimos identificar, as demais são hoje cidades: Nísia Floresta, Touros, Goianinha, Guamaré, Campo Grande, Martins, Pau dos Ferros, Apodi, Mossoró e Jaçanã, respectivamente.

muito maus, à exceção da casa de residência dos governadores, do Erário e da casa de câmara (grifos nossos)¹⁹.

Assim, ainda que muito precariamente, o fortalecimento da vida urbana entre 1697 e 1807 transparece de dois modos. Primeiramente, pelo crescimento da população. O relatório de Bernardo Vieira infelizmente não fornece dados populacionais para a capitania. Contudo, em 1775, essa população alcançava 21 407 pessoas²⁰, ao passo, que em 1805, totalizava aproximadamente 50 000 habitantes, como vimos, um aumento considerável de mais de duas vezes a população em apenas 30 anos. Considerando o contexto em que viveu Bernardo Vieira, que incluía um grande levante indígena contra a colonização, entre outros fatores, não é difícil inferir que a população não-indígena fosse bem inferior. Em segundo lugar, pelo crescimento das freguesias. Numa época em que a Igreja Católica estava associada ao Estado, a organização do território também se fazia por freguesias – as atuais paróquias – que eram jurisdições eclesiásticas, mas com efeito civil e estavam diretamente relacionadas aos núcleos urbanos nascentes. Em 1697 só havia uma freguesia, a de Natal, cuja jurisdição abarcava todo o território da capitania do Rio Grande²¹. Em 1807, o capitão-mor José Francisco contabiliza doze.

Quanto à conquista e defesa do território, Bernardo Vieira demonstra preocupações típicas de seu posto de capitão-mor, que era também de natureza militar. Ele dedica nada menos do que quatro Artigos do seu relatório (14,15, 18 e 19) à Fortaleza dos Reis Magos. Os Artigos 13 e o 16, por sua vez, também tecem considerações indiretas sobre o assunto ao tratar da insuficiência ou despreparo das forças militares da capitania. No Artigo 4, por exemplo, após descrever a precariedade da Fortaleza, ele diz que “desejo este verão acudir a tudo com a esperança de que mandará Vossa Majestade socorrer-me com o necessário [...]”. Suas preocupações com a Fortaleza, a guardiã do território, não eram infundadas porque, de fato, o perigo de invasão estrangeira pelo mar não somente fora uma realidade antes dele – é

¹⁹ (AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629)

²⁰ Segundo carta do senado da câmara de Natal datada de 23/02/1788, que acrescenta que “de então (1775) para cá se tem aumentado mais em povo”. (AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 475). Dados estatísticos para anos próximos apontam para uma população em torno deste número. (Teixeira 2009, p. 428-429).

²¹ A segunda freguesia mais antiga do Rio Grande do Norte é do Assu, criada em 1726. (Lima 1928-1929, p. 150), (Lemos, Medeiros 1980, p. 41).

suficiente lembrar das incursões dos franceses e holandeses – como era algo sempre presente e que, novamente, se revelaria depois de sua saída da capitania, como a ameaça, novamente francesa, de invasão da costa potiguar por volta de 1735 ((Teixeira 2009, p. 182-184), para não falar de outras nações, preocupação comum a todo o litoral da colônia.

Contudo, as intervenções de Bernardo Vieira privilegiam o sertão potiguar. Em fins do século XVII, o vasto sertão estava sendo desbravado pela colonização a partir do litoral oriental por fazendeiros à procura de terras principalmente para a pecuária, mas, às duras penas em face da forte oposição dos índios do interior, na chamada Guerra dos Bárbaros. Nesse contexto, Bernardo Vieira e muitos outros vão se empenhar na tarefa de conquistar o sertão. Entre outras ações, ele fundou pessoalmente um estabelecimento colonial no Assu, peça-chave da conquista, em 24 de abril de 1696. Era o arraial ou presídio – termos militares – de Nossa Senhora dos Prazeres, localidade situada em meio à indiada hostil e que daria origem posteriormente à cidade do Assu. O presídio surge na esteira de arraiais anteriores que haviam sido demolidos pelos índios revoltados, para os quais, aliás, ele direcionou várias ações, como mostra abundantemente o seu relatório.

José Francisco também se preocupa militarmente tanto com o litoral como com o interior. Sua inquietação com o sertão se revela quando ele descreve a capitania segundo as jurisdições da cidade do Natal, das sete vilas e das doze freguesias então existentes, pontuando as diversas forças militares presentes em cada uma delas – companhias, regimentos, ordenanças, cavalaria, entre outros. Contudo, não alude a qualquer ameaça proveniente do próprio interior da capitania ou de capitanias vizinhas, a não ser o banditismo e crimes que ali grassavam e que ficavam impunes por causa da falta de autoridades judiciais. Por outro lado, o litoral é muito mais preocupante. em 1807 a capitania tinha 90 léguas de costa, da “barra dos Marcos onde confina com a capitania da Paraíba, até a barra do Mossoró, que faz entrada com a do Ceará Grande” contendo 27 portos, “nos quais podem fundear diversas embarcações”. Eram limites muito pouco precisos, inclusive no que tange à divisão municipal (Teixeira, 2017). A respeito dos portos e da facilidade de fundear embarcações no litoral, José Francisco propõe a construção de redutos e fortins em locais estratégicos, como Ponta Negra, Genipabu e na foz do Potengi, com claras preocupações contra os ataques de outras nações a

partir do mar, perceptíveis também no seu antecessor imediato, o capitão-mor Lopo Joaquim de Almeida Henriques²².

Ademais, em 30 de maio de 1808, ele escreve uma “Memória relativa à defesa da Capitania do RN”. Considerando, com razão, a sua posição geográfica como estratégica, ele continua a insistir nesse plano, que expõe igualmente os atributos econômicos e as riquezas da capitania, sobre a necessidade de construção de vários fortins ao longo da costa²³. De fato, ele mandou construir quatro pequenas fortificações²⁴ que não existem mais atualmente. Localizadas no litoral²⁵, elas denunciavam assim que o perigo é, desde então, exclusivamente de origem externa. Havia, então, o receio de uma possível invasão de tropas francesas, no contexto das perturbações causadas pela expansão das tropas de Napoleão Bonaparte na Europa.

Em 1807, o território da capitania estava totalmente apropriado. Para além dos diversos núcleos urbanos então em formação, se multiplicavam as fazendas, engenhos e engenhocas, como citados no ofício de José Francisco. São mais de 312 fazendas – sem contar as do termo de Natal, que deveriam existir – além de 15 engenhos de produção de açúcar e 6 engenhos de rapaduras e aguardentes, estes últimos também sendo produzidos por 35 engenhocas espalhadas pelo território. O Mapa Topográfico da Capitania do RN, feito por ordem do mesmo capitão-mor, datado de 1811, localiza e lista num quadro o nome de 34 portos naturais ao longo da costa potiguar, com dados sobre sua extensão. Mais importante ainda, ele identifica, por meio de convenções, a cidade do Natal, as vilas, as matrizes ou freguesias e as capelas. A existência de igrejas matrizes e capelas são um indício importante de localidades nascentes, pois são quase sempre embriões de futuras cidades.

²² (AHU_ACL_CU_018, Cx. 9, D. 549).

²³ O documento foi inteiramente transcrito por (Lyra 2008, p. 211-214).

²⁴ (AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 648).

²⁵ “Três delas se situavam perto de Natal, uma ao sul, na enseada de Ponta Negra, duas outras ao norte, próximo da capital. Um dos dois fortins localizados ao norte protegia a foz do rio Potengi, como fazia a Fortaleza dos Reis Magos, mas se localizava na margem oposta à da antiga Fortaleza. O outro fortim se encontrava na enseada de Genipabu. A quarta fortificação foi construída em Pititinga, ainda mais ao norte, num lugar relativamente distante da capital. Esses fortins correspondiam aos citados no seu relatório, acima transcrito. Testemunhos do século XIX confirmam a existência de mais de uma fortificação defendendo a cidade” (Teixeira, 2009, p. 426).

Em trabalho anterior, comparamos os dados desse mapa de 1811 com o relatório de 1807, encontrando algumas incongruências, mas que tinham uma explicação. Sem nos determos nessas considerações, chamamos atenção para o fato de que o mapa da Figura 2 apresenta todas as localidades comuns às duas fontes (o relatório de 1807 e o mapa de 1811). Totalizam 1 cidade, 7 vilas, 8 povoações, mais 5 das 9 povoações que só aparecem em uma das fontes e que pudemos identificar como originárias de algum município: São Gonçalo, São Sebastião, Patu, Papari e Coité. Havia, em 1807-1811, portanto, pelo menos 4 povoações a mais do que as que aparecem no mapa, sem contar que, em seu relatório, José Francisco cita outras, sem nomeá-las.

Figura 1. Núcleos urbanos e outros assentamentos existentes na capitania do Rio Grande em 1697. Elaboração própria sobre mapa atual do RN.



Figura 2. Núcleos urbanos e outros assentamentos existentes na capitania do RN em 1807-1811. Elaboração própria sobre mapa atual do RN.



Fonte: Produção do autor sobre base cartográfica disponível em https://es.wikipedia.org/wiki/Plantilla:Mapa_de_localizaci%C3%B3n_de_Rio_Grande_del_Norte#/media/File:Brazil_Rio_Grande_do_Norte_location_map.svg. Acesso em 05/10/2024.

A ausência de algumas povoações em uma ou nas duas fontes se deve provavelmente à extrema precariedade delas, a exemplo de um pequeno povoado chamado Pai Paulo, localizado no vale do Rio Ceará-Mirim, pelo qual Henry Koster passou em sua viagem pelo interior do RN em 1810 e que o descreve em cores sombrias (Koster 1816, p. 77)²⁶. Há outras localidades existentes em 1807-1811, como Acari e outras que não aparecem na Figura 2.

À semelhança de Pai Paulo, alguns outros núcleos simplesmente sumiram desde os tempos de Bernardo Vieira, como os arraiais destruídos pelos indígenas ou os aldeamentos que não vingaram, que sequer é possível localizar. Contudo, no mapa da Figura 1, inserimos determinadas localidades baseadas em outras fontes para além do relatório de Bernardo Vieira que, com exceção do presídio do Assu e de Natal, não faz referências claras a outros assentamentos, como os dois antigos engenhos. Novos engenhos e engenhocas estavam ou haviam surgido por volta de 1807, sobretudo ao longo do litoral. As fazendas se espalhavam notadamente no interior desde os tempos de Bernardo Vieira pelo menos, de modo que uma ocupação esparsa, rural cresceu ao longo do século XVIII, mas que não foi demarcada em

²⁶ Pai Paulo está localizado no mapa intitulado "Brazil", Arrowsmith 1832, não reproduzido aqui. Disponível na internet (ver bibliografia).

nenhum dos dois mapas. Seja como for, mesmo com algumas ausências, a comparação das Figuras 1 e 2 é suficiente para atestar o processo de ocupação territorial e de formação dos núcleos urbanos ao longo do século XVIII, processo que vai se intensificar a partir do século seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em fins do século XVII, o contexto da Guerra dos Bárbaros urgia a tomada de uma série de decisões problemáticas, mais ou menos controversas, ao contrário do início do século XIX, quando a capitania vivia dias relativamente mais tranquilos, embora não estivesse isenta de problemas. Por esse motivo, o relatório de José Francisco é mais descritivo e menos problematizado do que o do seu antecessor, Bernardo Vieira.

A análise dos dois relatórios nos permite depreender que ao longo do século XVIII o RN continuava uma capitania pobre, calcada na produção pecuária, agrícola e pesqueira, submissa aos caprichos do clima e com grandes dificuldades financeiras e político-administrativas. Contudo, há certo crescimento e diversificação da produção desde fins do século XVIII. No início do século XIX, a capitania gozava de relativa paz, com um território cada vez mais ocupado e sob relativo controle. Mesmo assim, ainda era pouco conhecido, se pensarmos, por exemplo, na imprecisão dos limites da capitania com as vizinhas. Em termos étnicos, a população estava em processo de transformação, os indígenas compondo apenas cerca de 10 % da população total e que, morando a sua grande maioria nas vilas, estavam em processo de miscigenação, ao mesmo tempo em que crescia a população branca e escravizada, esta última particularmente nas décadas seguintes, como dados posteriores o confirmam.

Do ponto de vista militar, há uma inversão no foco das preocupações dos dois capitães-mores. Se ambos se dedicam à defesa do litoral e ao controle do sertão, Bernardo Vieira, em 1697, privilegia o sertão, em processo de conquista, ao passo que José Francisco prioriza o litoral pois, enquanto em 1807 os índios do interior não representavam mais ameaça, havendo ali apenas o banditismo, “a vista ambiciosa das nações”, como disse José Francisco em sua memória (Lyra 2008, p. 212), urgia a defesa do litoral, sem a qual a soberania portuguesa sobre essa parte da colônia estaria em risco.

Em 1697, a ocupação não-indígena do sertão ainda não conquistado era muito rarefeita, com pouquíssimos núcleos urbanos nascentes, apesar da presença das fazendas ao longo das ribeiras dos principais rios. A presença colonial era um pouco mais visível no litoral oriental, por ser de ocupação mais antiga. Cerca de um século depois, a situação havia mudado visivelmente; em 1807, a urbanização do território por meio da formação de povoações e da criação das primeiras vilas – ou se quisermos, do município – havia dado passos largos, prenúncio, aliás, de um processo que será bem mais intenso, particularmente a partir de 1850. Sabemos da existência de localidades potencialmente passíveis de terem se tornado povoações, vilas e cidades, mas que desapareceram, e de outras que, por algum motivo, José Francisco não mencionou, e por isso não constam do mapa da Figura 2.

Para concluir, acrescentamos uma pequena nota biográfica sobre os dois governantes, começando com o fato de que ambos foram bem avaliados por parte da “elite” de seu tempo²⁷. Numa carta registrada na Fazenda Real da capitania em 27 de junho de 1695, os oficiais do senado da câmara de Natal fazem vários elogios ao capitão-mor Bernardo Vieira, sobretudo na maneira como ele cuidou da questão indígena, concluindo que ele “[...] não sabe faltar a nada de sua obrigação e muito reto de justiça, limpíssimo de mãos e desinteressado sem ter nesta capitania negócio em granjeio algum” (Medeiros, 1974, p. 40-41). A reeleição de Bernardo Vieira ao posto de capitão-mor do Rio Grande a pedido das autoridades locais o comprova.

O capitão-mor José Francisco foi igualmente muito bem avaliado por seus contemporâneos. Num ofício datado de 26 de setembro de 1808, é possível perceber o quão atuante ele era. Após dizer que encontrou a capitania “devastada”, quando a assumiu em 1806, ele enumera as ações que empreendeu:

[...] 4 fortes de defesa em vários portos e barras desta capitania, duas cadeias nos sertões, na vila do Príncipe e da Princesa, um aterro de 800 passos de longitude sobre a maré de perigoso e difícil trânsito: algumas fontes e aquedutos em benefício público: reedificação de todas as vilas de índios, e finalmente uma casa, que não havia suficiente, para acolhimento da guarda principal.

²⁷ Embora Bernardo Vieira tenha sido contestado e tenha enfrentado intrigas de outros atores sociais, vindos da Bahia e de São Paulo, quanto ao trato da questão indígena, assunto que não cabe nesta análise.

Ele fez tudo, ou quase tudo, a suas custas, chegando a vender, diz ele, “o último engenho de fabricar açúcar que me restava”. Ele acrescenta que os povos da capitania veem nele “desinteresse, e amor à justiça; viveram sempre contentes comigo todos aqueles que têm estado e estão debaixo das minhas ordens e inspeção”.²⁸ Podemos questionar tal avaliação, por ser pessoal. Contudo, Henry Koster, que visitou Natal durante sua gestão, não lhe poupa elogios (Koster 1816, p. 70-73).

Ambos, Bernardo Vieira e José Francisco, eram pernambucanos e pertenciam à classe aristocrática, detentora de terras e fazendas de Pernambuco. Curiosamente, foram ambos acusados de participar de levante político contra o domínio português do Brasil, mas com um final da história diferente. Enquanto Bernardo Vieira teve um fim trágico após ter deixado o governo do Rio Grande e voltado a Pernambuco, decorrente de sua participação na Guerra dos Mascates (1710-1711), morrendo preso nas masmorras de Portugal em 1714 (Medeiros, 1974, p. 35-36), José Francisco foi inocentado da acusação de ter participado da chamada conspiração dos Suassunas contra o governo português antes mesmo de assumir o governo do RN, embora ele e seus familiares tenham sofrido consequências graves decorrentes deste episódio (NEVES, 1999). Depois de deixar o RN, ele ainda assumiu o governo de dois outros territórios do Reino português, São Miguel, nos Açores, de 1811 a 1815, e Moçambique, de 1815 a 1817, onde faleceu de causas desconhecidas (Andrade 2014, p. 203-205).

²⁸ (AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 648)

REFERÊNCIAS

Fontes primárias: manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino²⁹.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 45.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 475.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 503.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 8, D. 504.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 9, D. 549.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 9, D. 623.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629

AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 631.

AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 648.

Fonte primária cartográfica: David Rumsey Historical Map Collection

ARROWSMITH, John. **Brazil**. London, pubd. Feby. 15, 1832 by J. Arrowsmith, 35 Essex Street, Strand.
<<https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/workspace/handleMediaPlayer?lunaMediaId=RUMSEY~8~1~33897~1170049>> [21 de julho de 2018, 21:00 h].

Fontes secundárias: publicações

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Ed. Univ. Brasília, 1997, 370 p.

ANDRADE, Breno Gontijo. **Brevíssima biografia do governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque**. Temporalidades. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, 2014, v. 6, n.1, p. 202-208

KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. London: Longman, Hurst, Rees, Orms and Brown, Paternoster-Row, 1816.

LE MOS, Vicente de, MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. 2ª vol. 1701-1822. Natal: Ed. do Inst. Histórico e Geográfico do Rio G. do Norte, 1980. 170 p.

LIMA, Nestor dos Santos. **Assu**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, v. XXV-XXVI, 1928-1929, p. 137-143.

LYRA, A. Tavares. **História do Rio Grande do Norte**. 3ª ed. Natal: EDUFRN, 2008, 437 p.

MARIZ, Marlene da Silva. **Repertório de documentos para a História indígena no Rio Grande do Norte.** São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII-USP), 1994.

MEDEIROS, Tarcísio. **Bernardo Vieira de Melo e a guerra dos Bárbaros.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1974, vol. LIX-LX-LXI, p. 25-47.

MOURA, Pedro Rebouças de. **Fatos da História do Rio Grande do Norte.** Natal: Companhia Editora do Rio Grande do Norte, 1986.

NEVES, Guilherme Pereira das. **A suposta conspiração de 1801 em Pernambuco: ideias ilustradas ou conflitos tradicionais?** Revista portuguesa de história, 1999, Vol. 33, nº 2, p. 439-481.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Da cidade de Deus à cidade dos homens. A secularização do uso, da forma e da função urbana.** Natal: EDUFRN, 2009, 579 p.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Gênese e formação histórica do território potiguar: uma breve análise a partir da cartografia.** Confins [En ligne], 32/2017 : <http://journals.openedition.org/confins/12355> [20 de julho de 2018, 19 :00h].

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. **Terra, casa e produção. A repartição de terras do Rio Grande (1614).** Mercator, 2014, v. 13, n. 2, p. 105-124.

²⁹ O código para identificação dos manuscritos é o mesmo utilizado pelo AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal). Assim temos: a entidade detentora; ACL (Administração Central), que corresponde ao Grupo de Arquivos; CU (Conselho Ultramarino) ao Fundo; 018 (Brasil - Rio Grande do Norte) à Série; Cx.- corresponde à Caixa (1 a 10); D. – ao Documento (1 a 684). Um mesmo código pode conter vários documentos e anexos.